**NOTA TÉCNICA CCL/ANP 022/2015**

Revisão da Resolução ANP nº 39, de 13 de novembro de 2007, que define a periodicidade, a formatação e o conteúdo dos relatórios de conteúdo local realizado com as atividades de exploração e desenvolvimento da produção.

**1. Objetivo**

A presente Nota Técnica tem por objetivo apresentar os principais aspectos da minuta de resolução proposta para substituir a Resolução ANP nº 39, de 13/11/2007, que define a periodicidade, a formatação e o conteúdo dos relatórios de conteúdo local realizado nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção.

A minuta contempla regras gerais de preenchimento dos RCLs na Fase de Exploração e Etapa de Desenvolvimento e revisa o conteúdo dos itens e subitens dos RCLs na Fase de Exploração.

O conteúdo dos itens e subitens dos RCLs na Etapa de Desenvolvimento ainda está em processo de avaliação interna e será revisado em momento posterior. Para estes itens e subitens, foi mantido o texto da Resolução ANP nº 39/2007. Apenas o Subsistema Perfuração, Avaliação e Completação foi atualizado para refletir texto similar ao apresentado para a Fase de Exploração.

Esta Nota propõe ainda que sejam realizadas Consulta e Audiência Públicas com o intuito de envolver os agentes regulados, a cadeia fornecedora de E&P e a sociedade em geral na discussão da minuta proposta.

**2. Introdução**

A ANP recebeu, nos mais de sete anos após a publicação e entrada em vigor da Resolução ANP nº 39/2007, cerca de 10 mil Relatórios de Conteúdo Local. A experiência adquirida com a fiscalização e análise destes relatórios, somada à realização de fóruns de discussão de conteúdo local, permitiu identificar aspectos da regulamentação que demandavam ajustes ou aprimoramentos.

Foi constatada, principalmente, a necessidade de minimizar subjetividades e lacunas de interpretação da atual resolução quanto às definições, à abrangência das rubricas, aos prazos, à forma de alocação dos valores e às retificações dos relatórios. Diante disso, esta Coordenadoria elaborou uma minuta de resolução em substituição à Resolução ANP nº 39/2007, contemplando definições e procedimentos mais detalhados de forma a tornar mais claros os dispositivos previstos.

**3. Fundamentação Legal e Contextualização**

É papel da ANP promover a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, conforme trecho transcrito da Lei nº 9.478/1997, Art. 8o, inciso IV.

*Art. 8o A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe:*

*IV - elaborar os editais e promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução;*

Esta Resolução está inserida no âmbito da Política de Conteúdo Local, uma Política de Estado com o intuito de aumentar a participação de empresas estabelecidas no Brasil no fornecimento de bens e serviços, em bases competitivas, visando o desenvolvimento tecnológico do País, a capacitação de recursos humanos e a geração de empregos e renda.

Dentro dos aspectos institucionais desta Política, cabe à ANP promover a regulação das atividades de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Política Energética e em conformidade com os interesses do País, conforme previsto no Decreto 2.455/1998:

*Art. 2º. A ANP tem por finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, de acordo com o estabelecido na legislação, nas diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE e em conformidade com os interesses do País.*

O Art. 39 do Regulamento Interno da ANP define como competência da Coordenadoria de Conteúdo Local, entre outras atribuições, a regulação dos temas tratados nesta minuta de resolução:

*Art. 39. Compete à Coordenadoria de Conteúdo Local:*

*(...)*

*I - controlar e fiscalizar o cumprimento dos compromissos de conteúdo local dos contratos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural;*

*(...)*

*V - propor regulamentação técnica para os tópicos pertinentes ao conteúdo local e sua interface com as outras unidades integrantes da estrutura organizacional da ANP;*

*VI - promover estudos e pesquisas para o aprimoramento dos mecanismos e das ferramentas de medição e fiscalização do conteúdo local;*

A partir da sétima rodada de licitações, as empresas concessionárias passaram a ter que cumprir percentuais mínimos específicos de conteúdo local sobre suas aquisições durante a Fase de Exploração e a Etapa de Desenvolvimento da Produção. Tais percentuais, por itens e subitens, estão contemplados nas tabelas de ofertas presentes nos anexos dos Contratos de Concessão, de Cessão Onerosa e de Partilha da Produção.

A Cláusula 20ª dos Contratos de Concessão a partir da sétima rodada de licitações definiu a implantação de um sistema de certificação do Conteúdo Local com base na metodologia estabelecida na “Cartilha de Conteúdo Local”, e condicionou a comprovação dos investimentos nacionais à apresentação de certificados emitidos por entidades devidamente credenciadas pela ANP.

A ANP publicou no Diário oficial da União de 16/11/2007 as Resoluções ANP nos 36 e 39 de 2007, que definiram, respectivamente, critérios e procedimentos sobre a execução das atividades de Certificação do Conteúdo Local e sobre a periodicidade, a formatação e o conteúdo dos Relatórios de Conteúdo Local. A Resolução ANP nº 36/2007 foi revisada e revogada em 2013, com a publicação da Resolução ANP nº 19/2013, que passou a regulamentar as atividades de certificação.

Com a entrada em vigor do sistema de certificação, a CCL passou a receber trimestralmente os Relatórios de Investimentos Locais na forma de planilhas. Em junho de 2014 foi instituído o envio destes relatórios diretamente pelo Sistema de Gestão de Conteúdo Local (SGCL).

**4. Histórico dos estudos e reuniões realizadas**

Desde a entrada em vigor da Resolução ANP nº 39/2007, as empresas concessionárias apresentaram muitas dúvidas para alocação de dispêndios nos Relatórios de Conteúdo Local. A partir de 2010, a ANP recebeu demandas e realizou diversas reuniões com representantes da indústria com o objetivo de propor melhorias para as definições da Resolução 39/2007, tendo recebido muitas sugestões, como a formalizada na Carta IBP E&P 047/2011, enviada em 08/08/2011 (fls. 3 a 9) e a proposta apresentada por meio da Carta IBP E&P 23/2012, de 27/04/2012 (fls. 10 a 19).

Essas discussões foram aprofundadas internamente na ANP a partir da necessidade do MME de esclarecer o detalhamento das linhas para uma melhor definição das exigências de CL para o Contrato de Partilha da Produção (fls. 370 a 492). As abordagens sobre as definições da Resolução, dentro do escopo das áreas de Partilha extrapolaram o âmbito da ANP, tendo sido objeto de estudo de todos os envolvidos pelo Ministério de Minas e Energia nas discussões sobre o Conteúdo Local na Partilha (fls. 103 a 139 e 202 a 562).

As discussões sobre o contrato de Partilha e, mais tarde, sobre a revisão do Contrato de Cessão Onerosa recolocaram a Revisão da Resolução ANP nº 39/2007 como prioridade. Com o objetivo de obter sugestões acerca do tema e dar mais transparência ao processo,, a CCL convidou representantes, tanto das empresas concessionárias, como do mercado fornecedor, para um encontro sobre “Aspectos gerais da Revisão da Resolução ANP nº 39/2007”, realizado no Auditório da Agência, em 23/01/2014 (fls. 24 a 29).

Foram realizados dois encontros: Um, pela manhã, com representantes dos fornecedores (fls. 74 a 78 e 898) e outro, à tarde, com representantes das empresas concessionárias (fls. 71 a 73 e 79 a 81 e 899 a 900). Em ambos a CCL/ANP apresentou uma visão geral da Resolução e principais propostas iniciais, detalhando cada um dos itens e subitens de compromisso (fls. 30 a 70) e abriu espaço para perguntas. Após a reunião foi enviado e-mail a todos os participantes solicitando que fossem apresentados comentários, sugestões e considerações sobre o tema (fls. 82 a 102), com prazo estendido até 07/04/2014 (fls. 188 a 193).

No prazo acordado, a CCL recebeu comentários e sugestões de representantes do mercado fornecedor como ABIMAQ (fls. 161 a 170), ABEAM (fls. 171 a 173), ONIP (fls. 174 a 175), ABESPETRO (fls. 176 a 177 e 194 a 199), ABITAM (fls. 178 a 180), ABINEE (fls. 181 a 183), SINAVAL (fls. 184 a 187), assim como do IBP, representando as empresas concessionárias (fls. 563 a 709).

As primeiras sugestões foram avaliadas e os estudos de alguns temas foram aprofundados, com reuniões presencias e apresentação de novas propostas, tanto por parte do IBP, como de associações de fornecedores (725 a 837, 867 a 897, 917 a 957, 1126 a 1129). Alguns temas indicaram a necessidade de uma avaliação de objetivos da política para esclarecimento de definições, sendo realizadas consultas específicas ao MME (fls. 1097 a 1100).

Entre as linhas de compromisso, algumas mostraram maior complexidade para determinar uma definição aplicável e que atendesse aos objetivos da política, com destaque para o Subsistema “Unidade Estacionária de Produção” e o item “Dutos de Escoamento”. Para ambos foram realizados estudos aprofundados e diversas consultas a associações representativas, Ministério de Minas e Energia, Procuradoria Geral junto à ANP, além de outras áreas da própria Agência (UEP: fls. 140 a 153, 614 a 724, 771 a 822, 838 a 866, 901 a 916, 1090 a 1096, 1101 a 1103; DUTOS: 958 a 1089).

Com relação ao tema UEP, a CCL preparou duas Notas Técnicas, apresentando tanto os problemas relacionados à definição do valor a ser declarado pelos concessionários (custos de construção X afretamento) (fls. 1104 a 1113), quanto à forma de alocação desses dispêndios entre as linhas de compromisso da UEP (fls. 1114 a 1125). As Notas Técnicas foram apresentadas pela CCL à Diretoria da ANP e ao Ministério de Minas e Energia, para discussão. O tema ainda se encontra sob análise, devido à sua complexidade e relevância para os objetivos da Política de Conteúdo Local.

Quanto ao Sistema de Coleta, a alocação dos dispêndios com Dutos de Escoamento passou a ser tratada em um escopo maior, junto a outras áreas da ANP, visto que o conceito de Escoamento é utilizado em Resoluções de diferentes unidades organizacionais da Agência. A CCL participou de reuniões com as Superintendências SDP, SCM, SSM e SPG. Atualmente este tema está sendo tratado no âmbito da revisão da Portaria ANP nº 170/1998 da SCM.

As discussões acerca dos temas acima ainda se encontram em andamento, o que poderia atrasar a publicação desta minuta. Dada a necessidade de apresentar soluções para outras questões relevantes da Resolução, a Diretoria da ANP entendeu apropriado apresentar para consulta e audiência publica a minuta de Resolução apenas com a revisão das regras gerais de preenchimento e entrega dos RCLs e da alocação dos dispêndios na Fase de Exploração.

Com base nas sugestões recebidas, estudos realizados, orientações do MME e determinações da Diretoria da ANP, foi possível à CCL preparar a minuta revisando as regras gerais e o conteúdo dos anexos da Fase de Exploração, e do Subsistema “Perfuração, Avaliação e Completação” da Etapa de Desenvolvimento. O texto que trata da alocação dos dispêndios com os Subsistemas UEP e Sistema de Coleta foi mantido conforme a Resolução ANP nº 39/2007 e será revisado em um segundo momento, após concluídas as discussões.

1. **Propostas e fundamentações**
	1. **Alterações na organização da Resolução**

A Resolução ANP nº 39/2007 é composta por três artigos, o regulamento no 9/2007 que apresenta as regras gerais de entrega e preenchimento dos relatórios, e dois anexos que apresentam os modelos de relatório. Na minuta proposta, esta estrutura foi modificada, com a exclusão do regulamento e a inserção das regras gerais no texto principal da resolução. A descrição do conteúdo das rubricas, antes apresentada como itens do regulamento, foi movida para os anexos da resolução de forma a permitir a adaptação das descrições para cada estrutura de compromissos.

Os tópicos foram reorganizados de forma a transmitir um conceito coordenado e lógico dos objetivos, abrangência, prazos de entrega e procedimentos envolvidos com o preenchimento dos Relatórios. Com este objetivo a presente minuta de Resolução foi estruturada por capítulos e seções, da seguinte forma:

**Capítulo I - Disposições preliminares:**

Este capítulo contempla, de forma introdutória, os itens que serão estabelecidos pela Resolução, bem como indica a existência de anexos que apresentam os modelos de Relatório de Conteúdo Local para a Fase de Exploração e para a Etapa de Desenvolvimento da Produção, considerando os diferentes contratos firmados desde a sétima rodada de licitações. São também apresentadas as definições necessárias ao entendimento do regulamento e o prazo para guarda de documentos.

**Capítulo II - Dos Relatórios de Conteúdo Local:**

* **Seção I - Dos objetivos dos Relatórios de Conteúdo Local:** Esta seção informa a finalidade para a qual serão utilizados os Relatórios de Conteúdo Local.
* **Seção II - Da abrangência dos relatórios de Conteúdo Local:** Esta seção informa quais contratos estão regidos por esta Resolução e a quais Fases do contrato as regras se aplicam. Adicionalmente, este tópico indica quais os modelos de relatório que deverão ser utilizados para os Contratos de Concessão referentes às áreas inativas de acumulações marginais.
* **Seção III - Da entrega dos relatórios de Conteúdo Local:** Esta seção dispõe sobre o período base de apuração, as datas de entrega, os prazos para alterações e o meio de encaminhamento dos relatórios. Este tópico também prevê a possibilidade de a ANP solicitar o envio de informações detalhadas e documentações comprobatórias sobre o conteúdo dos RCLs.
* **Seção IV - Dos Procedimentos para o Preenchimento dos Relatórios:** Esta seção informa como devem ser preenchidos os RCLs. São indicados: a moeda e a taxa de câmbio a ser adotada; os impostos a serem subtraídos; bem como os dados que devem ser declarados. Ademais, nesta seção é esclarecido como devem ser declarados os dispêndios relativos a itens de propriedade da empresa ou de seu grupo societário e são definidos os anexos que contêm os modelos de RCL a serem preenchidos para cada tipo de contrato, Fase ou Etapa.

**Capítulo III – Da apuração da multa:**

Este tópico apresenta o procedimento a ser seguido pelos concessionários, cessionários e contratados, que passarão a apurar suas multas e realizar o respectivo pagamento destas sem prejuízo da realização de ação fiscalizatória futura pela ANP.

**Capítulo IV – Disposições transitórias:**

Este tópico mantém a referência já existente na Resolução ANP no 19/2013 sobre a fase de transição, bem como inclui os procedimentos e prazos a serem seguidos em função da transição entre a vigência da Resolução ANP no 39/2007 e a vigência do novo regulamento.

Este capítulo é dividido em três seções: Seção I. Disposições comuns à Fase de Exploração e à Etapa de Desenvolvimento da Produção, Seção II. Disposições específicas à Fase de Exploração e Seção III. Disposições específicas à Etapa de Desenvolvimento da Produção.

**Capítulo V – Disposições gerais e finais:**

Este tópico prevê a possibilidade de publicação de informações complementares por meio de Informes Técnicos, revoga a Resolução ANP no 39/2007 e indica o início da vigência do novo regulamento.

**Anexos I a V**

Os anexos apresentam, de forma mais detalhada, o conteúdo descritivo do que deve ser declarado nas linhas dos Relatórios de Conteúdo Local para a Fase de Exploração e a Etapa de Desenvolvimento da Produção, considerando as particularidades de cada tipo de contrato.

* 1. **Alterações no texto dos artigos da Resolução e seus anexos**

Diante desta organização, os principais aspectos propostos pela CCL na minuta da resolução para definição da periodicidade, formatação e conteúdo dos Relatórios de Conteúdo Local, estão a seguir descritos:

**Das Disposições Iniciais**

O Art. 1º inclui menção aos Contratos de Cessão Onerosa e de Partilha da Produção. A Resolução ANP nº 39/2007 não cita explicitamente estes contratos por ter sido publicada em momento anterior à criação destes novos modelos contratuais. É entendimento que as mesmas regras devem ser aplicadas aos seus blocos e campos, uma vez que os contratos de Cessão Onerosa e de Partilha de Produção seguem os mesmos princípios da política de Conteúdo Local estabelecidos para os contratos de Concessão a partir da 7º Rodada.

Deve-se ressaltar que os Relatórios de investimentos Locais (RIT), assim definidos na Resolução ANP nº 39/2007, no novo regulamento passam a ser denominados Relatórios de Conteúdo Local (RCL).

O Art. 2º indica a existência de vários anexos contendo os diferentes modelos de Relatório de Conteúdo Local. Os dois modelos de relatório previstos nos anexos da Resolução ANP nº 39/2007 foram substituídos por oito modelos, sendo três para a Fase de Exploração e cinco para a Etapa de Desenvolvimento.

Esta mudança reflete a necessidade de adequar a estrutura de cada relatório às diferentes tabelas de compromisso previstas nos contratos. A lista de itens e subitens de compromisso varia de acordo com a localização do bloco (*onshore* e *offshore* para diferentes lâminas d’água) e de acordo com o contrato, a exemplo das tabelas para a Cessão Onerosa, Partilha de Produção e para a 13ª Rodada de Concessões.

No Art. 3º foram inseridas definições de expressões utilizadas no regulamento. Foi incluída a definição “itens passíveis de certificação” com o objetivo de esclarecer que só podem fazer parte do conteúdo dos Relatórios de Conteúdo Local aqueles itens que estejam contemplados na regulamentação específica de certificação de conteúdo local.

A definição de Etapa de Desenvolvimento foi ampliada para dar maior clareza aos seus marcos iniciais e finais. Os contratos de 7ª a 10ª rodada indicam que o conteúdo local deverá ser comprovado após o término da Fase de Exploração e da Etapa de Desenvolvimento da Produção. Para esta última, tais contratos apresentam a seguinte definição:

*“Etapa de Desenvolvimento de Produção” significa, com respeito a qualquer Campo, o período iniciado na data de entrega da Declaração de Comercialidade para tal Área de Desenvolvimento e terminando com (i) a conclusão do trabalho e atividades compreendidas no Desenvolvimento, conforme descrito no Plano de Desenvolvimento; ou (ii) o abandono do Desenvolvimento em tal Campo de acordo com o parágrafo 8.9, o que ocorrer primeiro.*

Para os contratos de 11ª rodada, há maior detalhamento na definição do marco em tela, conforme itens 20.5 e 20.6 abaixo transcritos.

*20.5 Os marcos para aferição de Conteúdo Local pela ANP serão:*

*a) O encerramento da Fase de Exploração;*

*b) O encerramento de cada Módulo da Etapa de Desenvolvimento; e*

*c) O encerramento da Etapa de Desenvolvimento em Campo que não contemple Desenvolvimento modular.*

*20.6 Para fins de aferição do Conteúdo Local, a Etapa de Desenvolvimento terá início na data da apresentação da Declaração de Comercialidade e se encerrará, para cada Módulo da Etapa de Desenvolvimento, com a primeira entre as seguintes ocorrências:*

*a) O decurso de 10 (dez) anos após a Extração do Primeiro Óleo;*

*b) A desistência, pelo Concessionário, do Desenvolvimento do Módulo da Etapa de Desenvolvimento; ou*

*c) A realização dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento.*

Já para os contratos de 12ª rodada, há um detalhamento ainda maior quanto ao marco referente à aferição de conteúdo local. Neste contrato, as transcrições abaixo indicam os seguintes marcos e definições.

*20.5 Os marcos para aferição de Conteúdo Local pela ANP serão:*

*a) O encerramento da Fase de Exploração;*

*b) O encerramento de cada Módulo da Etapa de Desenvolvimento; e*

*c) O encerramento da Etapa de Desenvolvimento em Campo que não*

*contemple Desenvolvimento modular.*

*d) O encerramento da Etapa de Desenvolvimento da Produção de*

*Recursos Não Convencionais, no caso de um Campo que produza*

*Recursos Não Convencionais.*

*20.6 Para fins de aferição do Conteúdo Local, a Etapa de Desenvolvimento terá início na data da apresentação da Declaração de Comercialidade e se encerrará, para cada Módulo da Etapa de Desenvolvimento, com a primeira entre as seguintes*

*ocorrências:*

*a) O decurso de 5 (cinco) anos após a Extração do Primeiro Óleo, prorrogáveis*

*por igual período, mediante solicitação pelo Concessionário e aprovação*

*pela ANP;*

*b) A desistência, pelo Concessionário, do Desenvolvimento do Módulo da*

*Etapa de Desenvolvimento; ou*

*c) A realização dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento.*

A minuta do contrato de 13ª rodada, cujo trecho segue transcrito, traz a seguinte definição para Etapa de Desenvolvimento da Produção.

*20.9 Os marcos para aferição de Conteúdo Local pela ANP serão:*

*a) o encerramento da Fase de Exploração;*

*b) o encerramento de cada Módulo da Etapa de Desenvolvimento; e*

*c)o encerramento da Etapa de Desenvolvimento em Campo que não contemple Desenvolvimento modular.*

 *20.10 Para fins de aferição do Conteúdo Local, a Etapa de Desenvolvimento terá início na data da apresentação da Declaração de Comercialidade e se encerrará, para cada Módulo da Etapa de Desenvolvimento, com a primeira entre as seguintes ocorrências:*

 *a) o decurso de 10 (dez) anos após a Extração do Primeiro Óleo;*

*b) a desistência, pelo Concessionário, do Desenvolvimento do Módulo da Etapa de Desenvolvimento; ou*

*c) a realização dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento, exceto os relativos ao abandono do campo.*

Por meio da análise das transcrições acima, observa-se que todas as rodadas mencionadas indicam como término da Etapa de Desenvolvimento a desistência do desenvolvimento do campo/módulo ou a conclusão dos investimentos relativos aos trabalhos e atividades compreendidos no Plano de Desenvolvimento.

Os contratos de concessão de 11ª a 13ª rodadas definem um marco complementar como forma de caracterizar o término da Etapa de Desenvolvimento. Nestes casos, é previsto que um determinado percurso de tempo seja um dos fatos geradores do término de desenvolvimento de um módulo.

Assim, considerando a evolução regulatória e a necessidade de garantir menor subjetividade, propôs-se o uso do decurso de tempo mais abrangente entre os previstos contratualmente e alterou-se a definição da Etapa de Desenvolvimento da Produção, que passou a incluir como marco de seu término o prazo máximo de 10 anos após a Extração do primeiro óleo.

Quanto à definição de desenvolvimento complementar, esta existe em alguns contratos de concessão e é referente ao desenvolvimento que ocorre caso o concessionário solicite prorrogação do prazo previsto para o término da Fase de Produção. Como não há compromisso de conteúdo local para Fase de Produção e como o prazo máximo para o término da Etapa de Desenvolvimento da Produção foi definido como 10 anos, tal definição foi retirada desta minuta de revisão.

Por fim, o Art. 4º foi incluído para definir de forma clara o prazo de guarda de documentos. A Resolução ANP no 39/2007 não faz menção sobre o tema, que é atualmente tratado com base na cláusula contratual que, até a 10ª rodada, informa que durante o processo de auditoria a ANP terá acesso à documentação comprobatória necessária para a aferição do conteúdo local relativa aos últimos 5 (cinco) anos-calendário encerrados. Esse prazo foi estendido para 10 (dez) anos-calendário encerrados a partir da 11ª Rodada, ficando claro no contrato da 13ª rodada que esse período deve ser contado após o marco de aferição de Conteúdo Local.

 O Parecer 269/2014/PF-ANP/PGF/AGU da Procuradoria Federal indica o prazo prescricional de dez anos para a realização do processo fiscalizatório de conteúdo local. Diante disso, com o objetivo de regulamentar o tema e manter coerência com o prazo permitido de fiscalização previsto no referido Parecer, o texto do Art. 4º informa que o prazo para guarda de documentos deve ser igual a 10 (dez) anos calendários encerrados a contar da entrega do último Relatório de Conteúdo Local.

**Dos Objetivos dos Relatórios de Conteúdo Local**

No Art. 5º foram incluídas referências aos cessionários e contratados, uma vez que no Regulamento no 9/2007 da Resolução ANP no 39/2007 havia menção apenas aos concessionários.

**Da Abrangência dos Relatórios de Conteúdo Local**

O texto do Art.6º foi incluído para esclarecer que as disposições previstas na Resolução se aplicam, inclusive, aos contratos de Cessão Onerosa e de Partilha de Produção.

O Art.7º. tem como objetivo adequar o texto da Resolução a uma especificidade prevista no contrato de Cessão Onerosa, qual seja, a aferição de conteúdo local na Fase de Exploração somente sobre as atividades do Programa Exploratório Obrigatório (PEO). O texto foi redigido de forma a permitir a aplicação da mesma regra a futuros contratos que contenham previsão semelhante, caso necessário.

O Art.8º torna mais claro o tratamento a ser dado aos relatórios de conteúdo local no caso dos contratos de concessão em áreas inativas com acumulações marginais. Estes contratos possuem apenas compromissos globais que são aferidos na Fase de Avaliação/Reabilitação e na Fase de Produção, de forma que não restava claro na Resolução ANP nº 39/2007 como os dispêndios destes contratos seriam alocados nos dois modelos de relatório vigentes.

Foi mantido o procedimento já realizado pelos concessionários até a presente data: declarar os dispêndios da Fase de Avaliação/Reabilitação no modelo de relatório utilizado para blocos terrestres na Fase de Exploração, e declarar os dispêndios da Fase de Produção no modelo de relatório utilizado para blocos terrestres na Etapa de Desenvolvimento. Esta opção foi adotada com o propósito de minimizar ou eliminar a necessidade de revisões de relatórios por estes concessionários.

A estrutura destes relatórios não reflete adequadamente as atividades realizadas nas áreas inativas com acumulações marginais, porém permite uma aferição simplificada do compromisso global. Ressalta-se que maioria dos blocos já encerrou a Fase de Avaliação e há um número reduzido de campos na Fase de Produção.

**Da Entrega dos Relatórios de Conteúdo Local**

O Art. 9º manteve o período-base dos Relatórios de Conteúdo Local como trimestral. Foi inserido um parágrafo esclarecendo o período-base da última apuração de conteúdo local, visto que a Resolução ANP nº 39/2007 definia o período para primeira apuração, mas não era claro quanto ao período para a última.

No que tange ao prazo de entrega dos Relatórios de Conteúdo Local, o Art. 10 e seus parágrafos alteram a periodicidade da entrega de trimestral para anual. Dessa forma, estes relatórios deixam de ser entregues até o 15º (décimo quinto) dia útil do segundo mês subsequente ao encerramento de cada trimestre e passam a ser entregues no 1º (primeiro) dia do mês de março subsequente ao encerramento de cada ano.

Esta regra não será aplicável ao último RCL, pois em função do período de término da Fase ou Etapa, este relatório poderá estar disponível em períodos variados no decorrer do ano. Diante disso, optou-se por adotar um prazo menos rígido para entrega do último RCL, que deverá ser entregue no 1º (primeiro) dia do sexto mês subsequente à data de encerramento da Fase de Exploração ou da Etapa de Desenvolvimento, conforme o caso.

A alteração da entrega dos Relatórios de Conteúdo Local que passa de trimestral para anual não somente reduz o volume de dados recebidos pelo sistema de acompanhamento da ANP, como também reduz custos administrativos aos concessionários, cessionários e contratados.

O Art. 11 atualiza a informação sobre a forma de entrega dos Relatórios de Conteúdo Local, que hoje já ocorre por meio do Sistema de Gestão de Conteúdo Local (SGCL). Esta nova metodologia de entrega já tem sido aplicada desde a implementação do sistema, em julho de 2014.

O Art. 12 formaliza a obrigatoriedade de que os Relatórios de Conteúdo Local sejam enviados mesmo quando não houver valor a declarar.

O Art. 13 e seu parágrafo único esclarecem o prazo e o procedimento para realizar alterações nos dados declarados nos Relatórios de Conteúdo Local. O prazo para alterações limitado à entrega do último RCL objetiva garantir a integridade e a correção dos dados declarados no momento em que estes se tornem disponíveis para utilização no processo de fiscalização. Adicionalmente, este artigo informa que as alterações deverão ser feitas por meio do reenvio dos relatórios correspondentes, de forma a manter a coerência temporal e evitar distorções provocadas pela atualização monetária.

Para normatizar uma prática já realizada nos processos de fiscalização, o Art. 14 inseriu a previsão de solicitação, pela ANP, de informações adicionais e detalhadas sobre o conteúdo dos Relatórios de Conteúdo Local, tais como: descrição e valor das aquisições, certificados de conteúdo local e percentuais de rateios em casos de compartilhamento entre dois ou mais blocos/campos.

**Dos Procedimentos para o Preenchimento dos Relatórios**

Os Artigos 15, 19, 21 e 22 formalizam regras que já se aplicavam aos Relatórios de Conteúdo Local na vigência da Resolução ANP nº 39/2007 e que não se encontravam explicitadas no texto, quais sejam, a obrigação de declarar todos os dispêndios referentes a itens abrangidos pelo escopo de certificação, o lançamento do valor zero quando não houver valores a declarar, a proibição de lançamento de valores diretamente nas rubricas totalizadoras e exclusão de dispêndios fora do escopo de certificação.

O Art. 16 enfatiza a restrição do escopo dos Relatórios de Conteúdo Local aos limites temporais da Fase de Exploração e da Etapa de Desenvolvimento. No entanto, não é incomum que dispêndios relevantes para o desenvolvimento de um Campo ocorram antes da Declaração de Comercialidade. O parágrafo único deste artigo visa esclarecer o procedimento a ser adotado no caso destas excepcionalidades.

O lançamento destes valores nos relatórios da Fase de Exploração não é uma solução adequada, pois se tratam de compromissos diferentes que devem ser aferidos separadamente. A orientação dada é declarar estes dispêndios em relatórios que correspondam ao ano e trimestre no qual o dispêndio foi realizado. Estes relatórios, no entanto, devem ser entregues apenas após a Declaração de Comercialidade. Antes deste marco não há como disponibilizar um relatório no modelo da Etapa de Desenvolvimento, pois ainda não existe a identificação do Campo/Módulo no sistema.

O Art.17. manteve a regra para a conversão de moedas pela data de emissão do documento fiscal, e adicionou a opção de utilizar a taxa de câmbio vigente na data base do contrato. Esta proposta não cria exigências adicionais, visto que o concessionário poderá manter o mesmo procedimento utilizado anteriormente, e ainda oferece uma alternativa que pode minimizar impactos naturais da variação cambial. A conversão pela data base do contrato já é adotada no processo de certificação, pela Resolução ANP nº 19/2013. Para maior padronização, o **§ 2º** propõe a utilização da PTAX de venda do Banco Central, que é amplamente adotada para conversão em contratos.

O Art.18. se refere a um dispositivo já previsto em contrato e na Resolução ANP nº 39/2007. O texto traz maior detalhamento para facilitar a interpretação da regra no momento de preenchimento dos relatórios.

O Art. 20 manteve a regra de conformidade com os princípios gerais de contabilidade, presente na Resolução ANP nº 39/2007, porém foram incluídas ressalvas de forma a deixar claro que esta conformidade não pode limitar ou desviar a informação declarada do objetivo final dos Relatórios de Conteúdo Local conforme previsto no Art. 5.

Os Relatórios possuem a finalidade específica de consolidar os dispêndios com bens e serviços em cada bloco ou campo para subsidiar a comprovação do cumprimento de conteúdo local, sem relacionar fontes de usos ou obrigações financeiras, não estando condicionados a todas as regras aplicáveis às demonstrações contábeis.

Uma das ressalvas diz respeito ao não lançamento de valores com previsões e estornos contábeis, uma vez que todos os valores declarados nos RCLs devem ser suportados e comprovados por certificados de conteúdo local, documentos fiscais e equivalentes.

Em função disto e com o objetivo de não gerar encargos desnecessários, foi suprimida a exigência de observar o regime de competência para o período-base. O regime de competência permanece como orientação geral, mas a sua flexibilização visa permitir que os dispêndios sejam alocados nos trimestres em que o respectivo documento fiscal foi registrado pelas empresas, independente de provisionamentos, de forma que este lançamento não precise ser realocado para o trimestre de competência.

A outra ressalva formaliza a não vinculação entre os dados declarados nos RCLs e a classificação contábil dos dispêndios em gastos de capital ou gastos operacionais. O compromisso contratual do conteúdo local tem como base a aquisição de bens e serviços, sem limitação de sua classificação contábil, conforme exemplificado pelas próprias definições contratuais abaixo transcritas:

Definição dos contratos de Concessão de 7ª a 10ª Rodadas:

 *“Conteúdo Local na Fase de Exploração” significa a proporção expressa como uma porcentagem entre: (i) o somatório dos valores dos Bens de Produção Nacional e dos Serviços Prestados no Brasil, adquiridos, direta ou indiretamente, pelo Concessionário, relacionados a investimentos relativos às Operações de Exploração na Área da Concessão e (ii) o somatório dos valores dos bens e dos serviços, adquiridos, direta ou indiretamente pelo Concessionário, relacionados a investimentos relativos às Operações de Exploração na Área da Concessão, conforme previsto no parágrafo 20.2(a).*

*“Conteúdo Local na Etapa de Desenvolvimento” significa a proporção expressa como uma porcentagem entre: (i) o somatório dos valores dos Bens de Produção Nacional e dos Serviços Prestados no Brasil, adquiridos, direta ou indiretamente, pelo Concessionário, relacionados às Operações de Desenvolvimento em todas as Áreas de Desenvolvimento e (ii) o somatório dos valores dos bens e dos serviços, adquiridos, direta ou indiretamente, pelo Concessionário, relacionados a investimentos relativos às Operações de Desenvolvimento em todas as Áreas de Desenvolvimento, calculada ao final da última Etapa de Desenvolvimento, conforme previsto no parágrafo 20.2(b).*

Definição do contrato de Cessão Onerosa:

*“Conteúdo Local na Etapa de Desenvolvimento de Produção” significa a proporção entre o valor dos bens produzidos e dos serviços prestados no País para a execução do Contrato e o valor total dos bens utilizados e dos serviços prestados, relativa às Operações de Desenvolvimento, calculada ao final de cada módulo da Etapa de Desenvolvimento de Produção, segundo o Plano de Desenvolvimento aprovado pela ANP, conforme previsto no parágrafo 24.2(c) e na metodologia definida nas normas regulatórias editadas pela ANP.*

*“Conteúdo Local na Fase de Exploração” significa a proporção entre o valor dos bens produzidos e dos serviços prestados no País para a execução do Contrato e o valor total dos bens utilizados e dos serviços prestados, relativa às Operações de Exploração na área de Cessão, segundo o Programa Exploratório Obrigatório e conforme previsto no parágrafo 24.2(a), calculado segundo metodologia definida nas normas regulatórias editadas pela ANP.*

Definição dos contratos de Concessão de 11ª a 13ª Rodadas:

*Conteúdo Local: proporção entre o valor dos bens produzidos e dos serviços prestados no País para execução do contrato e o valor total dos bens utilizados e dos serviços prestados para essa finalidade.*

O Art. 23 trata da exclusão/inclusão de tributos nos valores declarados nos relatórios. Foi mantida a mesma regra prevista na Resolução ANP nº 39/2007. Inicialmente a ANP acatou a solicitação feita pelo Instituto Brasileiro de Petróleo – IBP para suprimir a exigência de descontar o IPI, ISS e ICMS dos valores lançados nos Relatórios, pois esta exigência tem baixo impacto nos percentuais de conteúdo local e aumenta consideravelmente a complexidade no preenchimento dos relatórios.

Em reunião realizada em 16/06/2014, o IBP informou que reavaliou sua posição e solicitou que a exclusão do ISS, IPI e ICMS fosse mantida. A ANP aceitou a nova solicitação e manteve o texto original da Resolução ANP nº 39/2007, visto que a proposta original do IBP tinha o propósito de reduzir a complexidade do relatório, porém os agentes impactados por ela não demonstravam mais interesse nesta redução.

Na mesma ocasião, o Instituto solicitou que a exclusão fosse estendida a outros tributos como ICMS, IPI, ISS, PIS e COFINS. A ANP não identificou alteração de tratamento tributário que justificasse a mudança solicitada. Permanece a exclusão apenas do ISS, IPI e ICMS, regra semelhante à adotada no processo de certificação conforme descrito na Cartilha de Conteúdo Local.

O Art. 24 formaliza, em seu *caput* e no § 1º, o entendimento já adotado para a declaração de dispêndios com itens próprios da concessionária, cessionária, contratada, ou que sejam fornecidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo societário e econômico. O texto do § 2º institui limitação na qual o valor de contratação destes itens não pode ser inferior à depreciação no período base.

O Art. 25 informa os modelos de relatório de Conteúdo Local que deverão ser adotados em cada caso, conforme anexos indicados no Capítulo Disposições Preliminares da minuta de Resolução.

Foi suprimida a exigência de compatibilidade entre as informações declaradas nos Relatórios de Conteúdo Local e as informações declaradas no Programa Anual de Trabalho (PAT) e no Orçamento Anual de Trabalho (OAT). Esta exigência não se mostrou aplicável, pois os Relatórios de Conteúdo Local devem refletir os dispêndios incorridos de fato, independente das previsões informadas no PAT/OAT. Esta alteração não inibe a utilização dos dados informados no PAT/OAT durante a análise e fiscalização dos Relatórios de Conteúdo Local pela ANP.

Com o objetivo de garantir a melhoria contínua do processo de comprovação dos compromissos de conteúdo local realizados pelos concessionários, cessionários e contratados, foi incluído o artigo 26, o qual prevê que a ANP poderá revisar o modelo dos Relatórios de Conteúdo Local disponibilizados no sítio da Agência.

**Da apuração da multa**

O Capítulo III, Da apuração da multa, foi criado para atender a orientação dos Pareceres nº 269/2014/PF-ANP/PGF/AGU e nº 352/2013/PF-ANP/PGF/AGU.

Em conformidade com a evolução no texto das cláusulas contratuais, foram incluídos na Resolução os artigos 27 e 28. Segue transcrita abaixo a redação destas mesmas disposições no contrato da 13ª Rodada de licitações:

*20.21 Em caso de descumprimento simultâneo do Conteúdo Local Global e para os itens e/ou subitens especificados da Tabela do Anexo IX:*

*20.21.1 Em caso de descumprimento do Conteúdo Local do item juntamente com os subitens correlacionados, especificados na Tabela do Anexo IX, o valor da multa a ser aplicada em cada subitem será deduzido do valor da multa apurada pelo descumprimento do Conteúdo Local do item.*

*20.21.2 Em caso de descumprimento do Conteúdo Local Global juntamente com os itens correlacionados, especificados na Tabela do Anexo IX, o valor da multa a ser aplicada em item será deduzido do valor da multa apurada pelo descumprimento do Conteúdo Local Global.*

*20.21.3 Caso o resultado da dedução apontada nas cláusulas 20.20.1 ou 20.20.2 seja negativo, não haverá aplicação de multa por descumprimento do Conteúdo Local no item e/ou no Global, respectivamente.*

Com isso, buscou-se formalizar na Resolução uma prática já adotada no cálculo das multas contratuais de conteúdo local, por meio da qual é realizado o desconto do efeito cumulativo dos itens de compromisso que possuem subitens e do compromisso global da Fase ou Etapa. Esta previsão se baseia no princípio do *non bis in idem*, de acordo com os termos do Parecer nº 352/2013/PF-ANP/PGF/AGU.

O Parecer 269/2014/PF-ANP/PGF/AGU recomenda que o sistema de cobrança de penalidades contratualmente previstas seja revisto para permitir o pagamento de valores reconhecidos como devidos de forma incontroversa, a fim de resguardar o patrimônio público, racionalizar a fiscalização e garantir a execução da política pública de conteúdo local.

A previsão de apuração do cumprimento de conteúdo local e pagamento da multa, independente de ação fiscalizatória da ANP, já se encontra inserida no contrato de concessão para a exploração da atividade de transporte de gás natural e no contrato da 13ª Rodada de Concessões. A redação dada aos artigos 29 e 30 é a mesma já prevista na Cláusula Vigésima do contrato da 13ª Rodada de Concessões, itens 20.23 a 20.25, transcritos abaixo:

*20.23 Caso a consolidação indicada no parágrafo 20.21 evidenciar o não cumprimento dos compromissos de Conteúdo Local, o Concessionário deverá apresentar defesa no prazo de 15 dias ou apurar o valor da multa devida e realizar o respectivo pagamento, sem prejuízo da ação fiscalizatória da ANP, mediante a revisão dos cálculos, a lavratura de auto de infração e a cobrança das diferenças devidas.*

*20.24 O valor da multa deverá sofrer atualização pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) até a data em que realizado o efetivo o pagamento.*

*20.25 Na hipótese de o Concessionário não adotar os procedimentos previstos nos parágrafos 20.21 a 20.23, a ANP instaurará procedimento para a apuração do valor da multa, conforme regras a serem definidas pela ANP, sem prejuízo da aplicação de quaisquer outras penalidades. 20.25.1 Enquanto não editadas as normas específicas a que se refere o item acima, será adotado o rito previsto no Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999, no que couber.*

*20.25.1 Enquanto não editadas as normas específicas a que se refere o item acima, será adotado o rito previsto no Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999, no que couber.*

Conforme deliberação da ANP após a Consulta Pública da 13ª Rodada de Concessões, a minuta de Resolução também prevê a apresentação de defesa como alternativa ao recolhimento automático da multa.

O **§ 1º** do Art. 29 foi incluído para esclarecer que a redução de 30% prevista na Lei no 9847/1999, artigo 4o, parágrafo terceiro, será aplicável caso a empresa opte por pagar a multa dentro do prazo de quinze dias.

Este dispositivo não ficou explícito no contrato da 13ª Rodada, por isso se optou por tornar mais claro nesta Resolução que o direito à redução também se aplica às multas apuradas diretamente pelos concessionários, cessionários e contratados.

O artigo 30 foi inserido com o objetivo de prever que a ANP deverá instaurar procedimento para apuração de multa caso o Operador não realize o pagamento previsto no artigo anterior. Este artigo segue texto semelhante ao já previsto no contrato de 13a Rodada.

**Das Disposições Transitórias**

Na seção I - Disposições comuns à Fase de Exploração e à Etapa de Desenvolvimento da Produção, Art. 31, foi incluída menção à Fase de transição, período compreendido entre a assinatura do contrato e o dia 11/09/2008. Este período de transição foi originalmente estabelecido na Resolução ANP nº 19/2013, que trata de certificação, mas a sua aplicação tem impactos diretos sobre o preenchimento dos Relatórios de Conteúdo Local. A inserção da mesma cláusula na presente minuta objetiva dar maior visibilidade à regra para os concessionários que possuam dados a declarar dentro deste período.

A seção II - Disposições específicas à Fase de Exploração, Art. 32, dispõe sobre o prazo para a revisão dos relatórios de conteúdo local de forma a adequar seu conteúdo aos dispositivos da Resolução. Esta revisão se faz necessária para que seja mantida coerência quanto às informações declaradas nas linhas dos RCLs, que devem guardar relação com um único conteúdo descritivo. Isso é essencial uma vez o conteúdo descritivo, para cada item e subitem, mantém relação direta com um percentual fixo de compromisso mínimo.

Assim, a necessidade que os concessionários, cessionários e contratados alterem seus Relatórios consiste em garantir que as informações declaradas guardem aderência com o conteúdo descritivo indicado nos anexos do novo regulamento, por item e subitem, e assim mantenham a maior coerência e homogeneidade possível.

Considerando que os concessionários, cessionários e contratados, de acordo com as melhores práticas, apresentem um bom controle e domínio sobre as informações por eles declaradas, o prazo de 180 dias foi considerado adequado para realização das revisões e realocações de conteúdo necessárias.

Esta revisão, porém, só pode ser exigida para os blocos cujas Fases de Exploração ainda estejam em andamento quando da publicação da nova regulamentação. Conforme previsto pelo Art. 33, a revisão dos RCLs será opcional para blocos que tiveram sua Fase de Exploração finalizada antes da publicação deste Regulamento. Entretanto, por se tratar de opcionalidade e com o objetivo de evitar que a execução destas revisões incorra em atraso na realização das fiscalizações de conteúdo local, o prazo de revisão para estes blocos está limitado a 90 dias..

A seção III - Disposições específicas à Etapa de Desenvolvimento, Art. 34, foi incluída apenas para esclarecer que não há exigência ou prazo definido para revisar os Relatórios de Conteúdo Local referentes à Etapa de Desenvolvimento com base no conteúdo descritivo dos itens e subitens previstos nos anexos correlatos.

Como o conteúdo dos itens e subitens referentes à Unidade Estacionária de Produção ainda está em discussão e análise, a exigência de revisões e realocações será solicitada apenas quando da publicação do Regulamento contendo as informações definitivas sobre o que deve ser declarado nas rubricas do item UEP dos RCLs.

**Das Disposições Finais**

Neste capítulo, Art. 35, foi inserida a previsão de que a ANP possa publicar Informes Técnicos com informações complementares ao regramento estabelecido, a exemplo de cláusula similar já existente na Resolução ANP nº 19/2013. Esta previsão possibilita que dúvidas adicionais que venham a surgir durante a vigência da nova resolução possam ser esclarecidas através da publicação de informes técnicos, que deverão ser divulgados no sítio da Agência.

**Do Conteúdo dos Relatórios (Anexos I a V)**

Com base nas sugestões recebidas de concessionários, fornecedores e certificadoras, além da experiência adquirida pela própria Coordenadoria, foram mais bem detalhados os valores a serem declarados nos Relatórios de Conteúdo Local, conforme itens e subitens de compromisso constantes nos Contratos de Concessão, Cessão Onerosa e Partilha da Produção.

Os dois modelos de Relatório de Conteúdo Local previstos na Resolução ANP nº 39/2007 foram substituídos por sete modelos para adequá-los às diferentes tabelas de compromisso previstas nos contratos. Esta adequação não inclui, por enquanto, a diferença entre tabelas para diferentes lâminas d’água e terra nos contratos de concessão, uma vez que esta minuta não revisa o conteúdo dos relatórios na Etapa de Desenvolvimento.

Os modelos de RCL previstos no ANEXO IV e V serão revisados em momento posterior, quando também serão publicados os modelos específicos para o Contrato de Partilha e para campos em Águas Rasas 100-400 metros e Águas Profundas da 13ª Rodada.

A metodologia utilizada para o detalhamento das linhas foi a compilação das sugestões recebidas pelas associações empresariais impactadas pela resolução, sendo o IBP como representante das empresas responsáveis pela declaração do RCL, e as demais associações como representantes da cadeia de fornecimento de E&P, que são o foco da política de Conteúdo Local.

De forma a reduzir o impacto regulatório para os concessionários no momento de revisão dos RCLs, a CCL optou por acatar as sugestões do IBP quando estas não estiverem em desacordo com as sugestões apresentadas pelas outras associações e, concomitantemente, a ANP entenda que a proposta guarde aderência técnica com as linhas de compromisso.

**Conteúdo do Relatório de Conteúdo Local para a Fase de Exploração**

Para todos os itens e subitens foi incluída a menção ao termo “Itens Passíveis de Certificação”, a fim de esclarecer que somente deverão ser declarados itens abrangidos pelo regulamento de certificação vigente. Este termo incorpora os Bens, Sistemas, Materiais, Conjuntos, Serviços de MDO, Bens de Uso Temporal e Sistemas de Uso Temporal definidos na Resolução ANP nº 19/2013, e deve ser interpretado conforme a definição prevista no Art. 3o da minuta.

*IV. Itens Passíveis de Certificação: itens de origem nacional* ***ou estrangeira*** *que sejam contemplados no escopo previsto pela regulamentação referente à certificação de conteúdo local. (grifos nossos)*

Ratifica-se que, dentro deste entendimento, este termo inclui também os Bens, Sistemas, Materiais, Conjuntos, Serviços de MDO, Bens de Uso Temporal e Sistemas de Uso Temporal **estrangeiros** ou que não tenham sido certificados.

Conforme Figura 1, as tabelas de compromisso dos contratos de Concessão, Cessão Onerosa e de Partilha da Produção apresentam estruturas semelhantes, à exceção do item TLD que foi incluído para Cessão Onerosa e Partilha de Produção e do subitem Apoio logístico que, neste último contrato, foi dividido em apoio terrestre, marítimo e aéreo.



Figura 1 – Tabelas de compromissos de conteúdo local para a Fase de Exploração.

Como as estruturas das tabelas são semelhantes, o detalhamento apresentado para todos os itens e subitens descritos abaixo deve ser considerado para todos os contratos. A única diferença a ser observada consiste nos dispêndios referentes ao subitem Coluna de Produção que, no contrato de Partilha, devem ser declarados na rubrica TLD. Isso ocorre, visto que a definição de TLD apresentada neste contrato considera a inclusão da coluna de produção.

Com objetivo de oferecer maior publicidade ao processo decisório, as considerações que embasaram o descritivo de cada rubrica seguem elencadas abaixo.

**Geologia e Geofísica**

Para este item, foi excluída a menção à manutenção de equipamentos, uma vez que o regulamento de certificação, a Resolução ANP no 19/2013, considera este item como não passível de certificação.

Por se tratar de uma linha somatório sem compromisso específico e, portanto, mais abrangente, foram excluídas as menções a tecnologias específicas (levantamentos tipo "*oil slick analysis*", "*piston core*" e levantamentos para gasimetria e microbiologia).

Pelo mesmo motivo, não foi incluído o detalhamento proposto pelo Instituto Brasileiro de Petróleo sobre a especificação do local de realização da coleta e análise de amostras, que segundo o Instituto deveria incluir tanto as laboratoriais quanto aquelas realizadas na sonda.

* **Interpretação e Processamento**

O IBP solicitou que fossem inseridas as atividades de reprocessamento dos dados geológicos e geofísicos, bem como as análises laboratoriais. Segundo o Instituto, estas análises fazem parte do processo de interpretação, uma vez que fornecem suporte para a interpretação de dados e são realizadas apenas posteriormente por empresa contratada e não, durante o processo de aquisição dados na sonda.

Em consulta à Superintendência de Exploração da ANP – SEP, esta concordou com os argumentos apresentados pelo Instituto. Dessa forma, com o objetivo de fornecer maior clareza sobre as atividades a serem consideradas neste subitem, foi acatada a proposta apresentada pelo IBP, sendo incluídas as menções a reprocessamento e análise laboratorial.

No que tange à inclusão dos dispêndios referentes à remessa e à armazenagem de amostras, também solicitado pelo IBP, estes não foram considerados uma vez que se tratam de atividades não específicas da indústria de E&P, sendo necessário estabelecer anteriormente se estas estão contempladas no escopo de certificação.

* **Aquisição**

Foram acatadas as sugestões apresentadas pelo IBP sobre o detalhamento dos métodos utilizados nos levantamentos geológicos e geofísicos, assim como sobre o afretamento das embarcações de aquisição sísmica, para os casos de blocos em mar.

Com o objetivo de permitir a declaração de outras atividades referentes à aquisição dos dados geológicos e geofísicos, optou-se por incluir a possibilidade de declaração de outros serviços técnicos especializados, desde que sejam relacionados à atividade fim.

O IBP solicitou que a perfilagem, testemunhagem, coleta e análise de amostras realizadas na sonda e *mud logging* e teste de formação fossem alocados nesta linha, pois são atividades que tem como resultado a coleta de dados de G&G, mesmo sendo realizadas durante a operação de perfuração. A CCL concluiu que, a depender do critério utilizado, estas atividades poderiam ser entendidas como aquisição de dados G&G ou como atividades de perfuração.

A opção foi por manter o entendimento já previsto na resolução ANP nº 39/2007, que cita estas atividades como parte da descrição da linha “Perfuração, Avaliação e Completação”. A alteração proposta pelo IBP não se mostrou o único entendimento possível, não sendo justificativa suficiente para a ruptura de uma regra já estabelecida, pois isto geraria desnecessária instabilidade regulatória e exigiria a revisão de alocações já realizadas.

* **Outros de Geologia e Geofísica**

Para este item, a única alteração foi a menção aos estudos necessários para obtenção de licenciamento ambiental. Conforme ata de reunião realizada em 29/05/2014, o IBP pediu que estes estudos fossem expressamente citados para dar maior clareza a sua correta alocação. O Instituto informou que estes estudos podem fazer parte do contrato de serviços de sísmica e têm propiciado desenvolvimento do mercado no sentido de obter conhecimentos na área.

**Perfuração, avaliação e completação**

A definição desta rubrica teve como objetivo informar que devem ser considerados apenas os dispêndios contemplados em cada um de seus subitens, por se tratar de um item somatório sem compromisso específico.

* **Afretamento de sonda**

O texto deste item foi ampliado com o detalhamento, não exaustivo, de dispêndios que também devem ser alocados nesta linha por estarem relacionados à sonda. O foco do detalhamento foi a redução de possíveis dúvidas de alocação entre as linhas “Afretamento de sonda”, “Perfuraçao+completação” e “Apoio logístico”.

Tendo como base o entendimento sugerido pelo IBP, além do próprio serviço de operação da sonda, foram listados os equipamentos e serviços de posicionamento, BOP, ROV e mergulho. Também por solicitação do Instituto, foram alocados nesta linha o combustível utilizado nas sondas terrestres e marítimas, o preparo de locações terrestres e o preparo de locações em águas rasas (fundações). Apesar de estes não representarem uma indústria que possa ser desenvolvida pelos incentivos de conteúdo local, são itens certificáveis pelo regulamento de certificação vigente e não havia indicação clara de sua alocação.

O IBP solicitou que só sejam declarados nos RCLs os valores com afretamento de sonda após iniciado o serviço, de forma a excluir dispêndios em situações excepcionais como, por exemplo, sonda em *stand-by* aguardando licenciamento ambiental. O Instituto alegou que estas situações podem acarretar dispêndios altos com o afretamento da sonda e podem não estar sob controle direto do Operador do bloco/campo. A ANP acatou esta solicitação com o objetivo de desonerar possíveis impactos no Conteúdo Local nestas situações excepcionais, mas adverte que não devem ser dadas interpretações a este texto que o desviem deste objetivo.

O IBP mencionou ainda que entende que o valor da taxa de Mobilização e Desmobilização da sonda (Mob/Demob) não deve ser incluído no RCL por não ser certificável. A legislação vigente para certificação não indica expressamente se esta taxa deve ou não ser certificada, o que precisará ser esclarecido por Informe Técnico.

Diante disso, optou-se por não incluir menção a Mobilização e Desmobilização da sonda nesta minuta. Este posicionamento não é definitivo e pode ser alterado caso os demais agentes do mercado, que possam ser direta ou indiretamente afetados por este entendimento, apresentem argumentos contrários durante a Consulta e Audiência Pública.

Inicialmente o IBP também considerou que deveriam ser declarados nesta linha os dispêndios com atividades de ancoragem. A CCL questionou se o enquadramento mais adequado seria “Afretamento de Sonda” ou “Apoio logístico”. Em um segundo momento, o IBP alterou a proposta para a linha Apoio logístico, porém sem apresentar justificativa. Como ambas as linhas apresentam coerência para a alocação, a ANP optou por acatar o entendimento dos concessionários.

Também foram recebidas solicitações da ABIMAQ (Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos) e da ABINEE (Associação Brasileira da Indústria Elétrica Eletrônica) para a inclusão de uma lista de subsistemas na descrição da linha “Afretamento de Sonda”, quais sejam: Sistemas de geração principal, auxiliar e emergência; painéis de distribuição e seus dispositivos de proteção; transformadores; sistemas de iluminação; sistemas de alimentação ininterrupta composto de baterias, carregadores e inversores; sistema de proteção catódica por corrente impressa; motores da propulsão principal, *thrusters* e seus acionamentos; sistema de governo e posicionamento dinâmico e equipamentos de automação associados e motores e seus acionamentos, assim como sistema de automação utilizados no sistema de perfuração.

A ANP está de acordo que estes itens compõem a sonda, porém não identificou a necessidade de inserir o detalhamento solicitado. Em geral os dispêndios com estes sistemas são incorridos na construção da sonda, que posteriormente é afretada pelo Operador do bloco/campo. Como há um compromisso específico de conteúdo local para o item afretamento de sonda, o custo destes sistemas já está contemplado indiretamente no valor da taxa de afretamento declarada neste item.

Além disso, nos casos em que há contratação direta de algum dos equipamentos ou sistemas citados, em geral estes estarão contemplados nos subitens de “Sistemas Auxiliares”, que possuem compromissos próprios de conteúdo local. Desta forma, não caberia a citação destes na linha “Afretamento de Sonda”.

Destaca-se que afretamento de sondas para TLD não deve ser alocado nesta linha. No caso dos contratos de Cessão Onerosa e Partilha da Produção, os dispêndios com estas sondas devem ser lançados na rubrica de TLD. No caso dos contratos de Concessão, os dispêndios com sondas de TLD não devem ser declarados no Relatório de Conteúdo Local. Esta orientação reflete o entendimento recebido pela ANP após consulta formal ao Ministério de Minas e Energia, conforme Ofício nº CCL 211/2015 e ata da reunião, folhas 1136 e 1138 deste processo, respectivamente.

* **Perfuração+Completação**

Por se tratar de uma linha somatório com compromisso específico, o texto da Resolução ANP 39/2007 foi mantido.

* + **Cabeça de poço**

O texto foi alterado com o objetivo de esclarecer que os dispêndios com a aquisição da Cabeça de poço devem ser declarados. Adicionalmente, foi acatada a inclusão da atividade de assistência técnica proposta pelo IBP uma vez que este é um item passível de certificação conforme regulamentação vigente.

* + **Revestimento**

Para compor a descrição detalhada desta rubrica foram consideradas as propostas fornecidas pelo IBP e pela ABITAM. Adicionalmente, foram incluídos os itens serviços de cimentação e inspeção de tubular, a fim de assegurar que todas as operações técnicas e específicas associadas ao revestimento de poços sejam contempladas.

No que tange ao item “*brigde plug*” proposto pelo IBP, este não foi citado de forma explícita, pois se entende que já está contemplado na descrição mais ampla: “Acessórios de revestimento e cimentação tais como sapatas, centralizadores, colares, *float equipment*, dardos, *cement retainer* e *plugs*”.

* + **Coluna de produção**

A descrição deste subitem considerou as sugestões apresentadas pelo IBP e comentários fornecidos pela Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente - SSM. Adicionalmente, assim como na rubrica “Revestimento”, também foi incluída nesta linha a atividade de inspeção de tubos de produção e acessórios.

Outro ponto foi a alteração da sugestão apresentada pelo IBP quanto ao sistema de completação inteligente. Este Instituto propôs o seguinte texto:

* *Sistemas hidráulicos e válvulas de controle de fluxo da formação (linhas hidráulicas e válvulas), incluindo o sistema de completação inteligente;*

Na revisão da Resolução, tal redação foi alterada para:

* *Sistemas hidráulicos e válvulas de controle de fluxo da formação, tais como linhas hidráulicas e válvulas;*
* *Outros itens do sistema de completação inteligente.*

A alteração teve como objetivo garantir que outros itens do sistema de completação inteligente possam ser considerados, tais como o sistema de aquisição de dados e monitoramento de campo.

* + **Equipamentos de poço**

Foram incluídas as sugestões apresentadas pelo IBP, à exceção dos itens válvulas de isolamento de formação e fluidos de perfuração/completação.

Quanto às válvulas de isolamento de formação, a CCL não incluiu a menção explícita, visto que estas estão contempladas na redação: “*Itens referentes à coluna de produção, quando não solidários a esta, conforme descrito no item 2.2.3”*.

No que tange ao item fluido de perfuração/completação, considerou-se que a alocação mais adequada seria a linha Outros de Perfuração, Avaliação e Completação, uma vez que seu uso é mais frequente nas operações de perfuração. Esta opção tem como objetivo permitir a alocação de todos os tipos de fluido em uma mesma rubrica e assim garantir a homogeneidade da informação e evitar erro que possam prejudicar o cumprimento dos compromissos contratuais.

* + **Brocas**

A redação foi alterada a fim possibilitar maior clareza no entendimento dos itens que devem ser considerados nesta rubrica, uma vez que o texto da Resolução ANP nº 39/2007 era muito amplo e permitia a interpretação equivocada quanto à alocação de itens que guardassem relação indireta com brocas, a exemplo do fluído de perfuração. Nesta redação foram consideradas as sugestões fornecidas pelo IBP, bem como contribuições fornecidas pela Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente da ANP.

* **Sistemas auxiliares**

Em análise dos Relatórios recebidos, a CCL observou ser comum que estas linhas não tivessem valores declarados. Isto ocorre, pois, na maioria dos casos, os dispêndios com estes sistemas são incorridos na construção da sonda, que posteriormente é afretada pelo Operador do bloco/campo. Como há um compromisso específico de conteúdo local para o item afretamento de sonda, o custo destes sistemas já está contemplado indiretamente no valor da taxa de afretamento declarada neste item.

Pelo motivo exposto acima, o IBP sugeriu que o item “Sistemas Auxiliares” e seus subitens fossem excluídos da tabela de compromisso em rodadas futuras. A ANP informou que não é possível, para os contratos já assinados, alterar a estrutura da tabela em itens que possuam exigência de conteúdo local específica, pois são compromissos contratuais e foram parte das regras da licitação.

Durante a elaboração do contrato da 13ª Rodada de Concessões, o Ministério de Minas e Energia reiterou sua orientação de manter os compromissos específicos para estes subitens. Neste contexto, a CCL recomenda que a forma de incentivar o conteúdo local destes itens seja reavaliada em rodadas futuras, para que o estímulo pretendido aos setores envolvidos possa ser efetivado.

Desta forma, as descrições destes subitens serão válidas para todos os sistemas auxiliares que forem contratados diretamente pelos operadores, ou cujo valor estiver identificado de forma separada no contrato de afretamento.

* + **Sistema elétrico**

As associações ABIMAQ e ABINEE sugeriram uma lista, não exaustiva, detalhando materiais, serviços e equipamentos que podem compor o sistema elétrico. A solicitação foi acatada pela CCL por dar maior clareza aos dispêndios a alocar neste subitem.

* + **Sistema de automação**

As associações ABIMAQ, ABINEE e IBP sugeriram uma lista, não exaustiva, detalhando materiais e equipamentos que podem compor o sistema de automação. A solicitação foi acatada pela CCL por dar maior clareza aos dispêndios a alocar neste subitem.

* + **Sistema de telecomunicações**

O IBP sugeriu incluir menção ao projeto e instalação do sistema de comunicações de dados. A solicitação foi acatada pela CCL por dar maior clareza aos dispêndios a alocar neste subitem.

* + **Sistema de medição fiscal**

Não houve alteração relevante no texto deste subitem.

* + **Instrumentação de campo**

O IBP sugeriu incluir menção ao projeto de instrumentação de dados. Para evitar possíveis dúvidas de alocação, o Instituto também sugeriu menção expressa de que neste item só devem ser alocados dispêndios não classificáveis nos demais itens. A solicitação foi acatada pela CCL por dar maior clareza aos dispêndios a alocar neste subitem.

* **Árvore de Natal**

Este item está presente apenas nas tabelas da Etapa de Desenvolvimento. Foi acatada a sugestão do IBP de excluir os sistemas de controle e de potência, bem como a instalação e montagem, uma vez que estes devem ser considerados em linhas específicas. Os sistemas de controle e de potência seriam parte do sistema de controle submarino e as atividades de instalação e montagem seriam contempladas na linha Gerenciamento, construção e montagem do Sistema de Coleta da Produção.

* **Outros de Perfuração, avaliação e completação**

Pelas razões já expostas para a rubrica Aquisição de G&G, as atividades de perfilagem, testemunhagem, coleta e análise de amostras realizadas na sonda, *mud logging* e teste de formação foram alocados nesta linha.

Deve-se ressaltar que quanto ao item MPD, devem ser declarados os dispêndios referentes à operação realizada pela empresa contratada para instalação do sistema. Quando for possível segregar o valor do MPD da taxa de utilização da sonda, este também deverá ser declarado nesta linha.

Caso sejam realizadas atividades de geologia e geofísica durante a Etapa de Desenvolvimento, seus dispêndios deverão ser declarados na linha Outros do Subsistema Perfuração, Avaliação e Completação nos RCLs desta Etapa.

**Apoio operacional**

A Resolução ANP nº 39/2007 não trazia um descritivo do Sistema “Apoio operacional”, apenas de seu único item “Apoio Logístico”. A descrição foi adicionada para maior clareza.

* **Apoio logístico**

O IBP propôs ampliar o detalhamento deste item e listou alguns dispêndios que entende que devam ser declarados neste item. As sugestões foram, em maior parte, acatadas, com algumas modificações.

O IBP sugeriu que a Resolução deixasse claro que embarcações de operações especiais não devem ser declaradas neste item. A CCL considerou o termo “exceto em operações especiais” muito amplo, podendo levar a erros de interpretação, e substituiu por “exceto embarcações destinadas à Estimulação/Fraturamento, ao mapeamento sísmico, à instalação de equipamentos submarinos e à instalação de linhas”.

A menção aos serviços de remoção e tratamento de resíduos e aos sistemas de repostas a emergências foram substituídas pelo termo “Atividades de segurança operacional e de meio ambiente da indústria do petróleo, desde que passíveis de certificação.” A CCL optou por este termo, pois nas atividades ambientais e de segurança, há uma diversidade de serviços que são certificáveis e outros que não são. O critério para definir quais são certificáveis deve ser estabelecido pela Resolução de certificação.

Adicionalmente, o IBP sugeriu incluir nesta linha os dispêndios com ancoragem. A sugestão foi acatada pela CCL.

As associações ABIMAQ e ABINEE avaliaram a lista de atividades sugeridas no Apoio Logístico e a consideraram muito ampla, o que abriria muitas possibilidades para alcançar o índice proposto e não estimularia a indústria nacional, principalmente de embarcações de apoio. A CCL entendeu não ser possível a redução da lista, pois as linhas de compromisso dos RCLs devem permitir a alocação de todas as atividades abrangidas no escopo de certificação e há outras atividades certificáveis em Apoio Logístico além das embarcações.

Tanto a ABIMAQ quanto a ABINEE comentaram que o Brasil estaria preparado para construir embarcações com índices de Conteúdo Local superiores a 70%, e no caso de navios tipo AHTS, superior a 60%. As associações sugeriram ainda que a comprovação do conteúdo local do item Apoio Logístico seja por subsistemas da embarcação de apoio (nos moldes do estabelecido para os sistemas auxiliares) e não para a embarcação inteira.

Esta sugestão não pode ser aceita, pois a estrutura de itens e subitens da tabela está prevista em contratos já assinados e foi parte da composição da nota para licitação dos blocos. Pelo mesmo motivo, os percentuais de conteúdo local exigidos também não podem ser alterados.

No texto proposto para o item Apoio Logístico dos contratos de Cessão Onerosa e de Partilha da Produção, a CCL excluiu os dispêndios relativos ao Teste de Longa Duração (TLD), como embarcações destinadas à instalação de equipamentos submarinos e à instalação de linhas. Estes dispêndios já estão considerados no item TLD desta minuta, que teve como base o texto proposto no contrato de Partilha da Produção.

Adicionalmente, para o contrato de Partilha da Produção, a descrição dos anexos proposta na minuta de Resolução refletiu a mudança na estrutura de compromissos. O conteúdo local do Apoio Logístico foi dividido entre três subitens: Apoio terrestre, marítimo e aéreo. A redação dada a cada subitem foi semelhante, com pequenas adequações para considerar as especificidades de cada modal.

**Teste de Longa Duração (TLD)**

Esta rubrica existe apenas nos contratos de Cessão Onerosa e de Partilha da Produção. No contrato de Partilha, somente, há uma previsão sobre quais itens que devem ser contemplados no TLD. Conforme redação transcrita, a definição apresentada para a rubrica TLD no contrato de Partilha considera a coluna de produção como parte dos itens de TLD.

*Este item é destacado da Fase de Exploração, logo tanto os investimentos como os índices de CL relacionados deverão ser tratados de forma segregada dos investimentos e índices referentes à Fase de Exploração. Contempla a soma dos gastos com afretamento e operação de unidade de produção ou sonda, serviços, materiais e equipamentos de produção utilizados nos poços para o TLD (***coluna de produção, ANM e outros***), linhas e risers de produção, offloading, logística de apoio ao sistema de produção e serviços para a incorporação dos dados adquiridos.*

Entretanto, de acordo com as Figuras 1 e 3, o mesmo contrato também apresenta uma linha específica denominada “coluna de produção” do item perfuração+completação do sistema perfuração, completação e avaliação.

**

Figura 2: Quadro extraído do anexo IX do contrato de Partilha da produção

**

Figura 3: Observação dois referente ao item perfuração+completação do anexo IX do contrato de Partilha da produção

Com base nisso, observa-se que texto contratual apresenta dois entendimentos: um de que os dispêndios com coluna de produção devem ser declarados em linha específica e outro, de que esta linha não deve ser preenchida, uma vez que tais dispêndios devem ser declarados na linha TLD junto aos demais itens referentes ao teste de longa duração.

Como na Fase de Exploração, em geral, o uso da coluna de produção ocorre durante a realização do TLD, atender a definição contratual implicaria em impossibilitar o acompanhamento do conteúdo local do subitem coluna de produção, uma vez que este seria declarado de forma conjunta com demais dispêndios referentes ao TLD. Esta argumentação está fundamentada na Nota Técnica no 21/2015, cujo trecho segue transcrito.

*Durante a Fase de Exploração, a coluna de produção, via de regra, é instalada em poços em que serão realizados TLDs. A própria definição do subitem “Coluna de Produção”, constante na Resolução ANP nº 39/2007, faz referência ao teste de longa duração.*

*Assim, caso os dispêndios referentes à coluna de produção sejam alocados no item “Teste de Longa Duração”, não restarão dispêndios a serem lançados no subitem de compromisso “Coluna de Produção”, referente ao item “Perfuração+Completação”. E, neste caso, não será possível aferir o conteúdo local atingido em tal subitem.*

Como o contrato apresenta uma contradição ao apresentar a referência á coluna de produção em duas linhas diferentes, a CCL entende que é mais adequado tecnicamente declarar os dispêndios com coluna de produção na linha específica do RCL, pois permite que seja realizado o acompanhamento do conteúdo local do item de forma segregada. Este entendimento estaria em consonância com o objetivo da política ao criar uma linha com compromisso específico para o item coluna de produção.

Para manter a coerência com texto contratual, para os contratos de Cessão de Onerosa e de Partilha da produção, deverão ser considerados os mesmos dispêndios descritos na definição abaixo, a exceção da coluna de produção, cujos dados deverão ser declarados no subitem Coluna de produção do item Perfuração+Completação.

*Este item é destacado da Fase de Exploração, logo tanto os investimentos como os índices de CL relacionados deverão ser tratados de forma segregada dos investimentos e índices referentes à Fase de Exploração. Contempla a soma dos gastos com afretamento e operação de unidade de produção ou sonda, serviços, materiais e equipamentos de produção utilizados nos poços para o TLD (****ANM e outros****), linhas e risers de produção, offloading, logística de apoio ao sistema de produção e serviços para a incorporação dos dados adquiridos.*

Por conta da revisão do contrato de Cessão Onerosa ainda em andamento, caso a sua estrutura de compromisso seja igualada àquela do contrato de Partilha, deverá ser publicado Informe a fim de orientar sobre o procedimento a ser adotado.

1. **Considerações Finais**

A Coordenadoria de Conteúdo Local - CCL submete, junto a esta Nota Técnica, a minuta de resolução para regulamentar a periodicidade, a formatação e o conteúdo dos Relatórios de Conteúdo Local, os quais são ferramentas para subsidiar a comprovação dos compromissos previstos na Cláusula de Conteúdo Local dos Contratos de Concessão a partir da 7ª Rodada de Licitações, dos Contratos de Cessão Onerosa e dos Contratos de Partilha da Produção.

O impacto regulatório preliminar desta minuta foi classificado como baixo, conforme os critérios da Identificação Preliminar de Impactos. Não foram identificados impactos ambientais ou sociais que possam ser gerados pelo texto proposto. Foram previstos impactos econômicos e institucionais moderados, em especial no quesito “Atração de indústrias da cadeia de produção” e nos quesitos “Fornecimento de informações”, “Adequação de recursos tecnológicos”, e “Contratação e capacitação de pessoal”, como consequência da necessidade de revisão de informações já enviadas e readequação de procedimentos já estabelecidos.

Após apreciação da Procuradoria Geral e aprovação da Diretoria Colegiada da ANP, propõe–se a realização de Audiência Pública, precedida de Consulta Pública, sugerindo-se o prazo de 30 dias para recebimento formal de manifestações da sociedade, contados a partir da publicação do Aviso de Audiência Pública.

Rio de Janeiro, 09 de Outubro de 2015.

Catarina de Miranda Scherer

Especialista em Regulação

Marcia Cristina Santos de Mello Ana Paula Aredo Castiglione

Especialista em Regulação Especialista em Regulação

De acordo:

Marco Túlio Rodrigues

Chefe da Coordenadoria de Conteúdo Local